

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017				
(Em milhares de Reais)				
ATIVO		PASSIVO		
	Nota	2018	2017	
Circulante	2.834.928	2.146.975		
Disponibilidades	4	4.410	1.473	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	169.811	188.599	
Aplicações em operações compromissadas		169.811	188.599	
Títulos e valores mobiliários		679.338	539	
Cotas de fundo de investimento	4	590	539	
Carteira própria		77	-	
Instrumentos financeiros derivativos	6	26.552	8.555	
Instrumentos financeiros derivativos		26.552	8.555	
Operações de crédito	7	1.804.261	1.815.432	
Financiamentos - Setor privado		1.959.285	1.989.620	
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(155.024)	(184.198)	
Outros créditos	8	146.236	124.093	
Outros valores e bens		5.318	8.284	
Bens não de uso próprio		7.120	10.585	
Provisão para desvalorização		(2.048)	(3.462)	
Despesas antecipadas		246	1.161	
Realizável a longo prazo	6	1.634.649	1.608.387	
Instrumentos financeiros derivativos		8.025	-	
Instrumentos financeiros derivativos		8.025	-	
Operações de crédito	7	1.436.909	1.394.251	
Financiamentos - Setor privado		1.505.073	1.465.511	
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(88.164)	(71.260)	
Outros créditos	8	189.667	213.790	
Diversos		48	346	
Outros valores e bens		48	346	
Despesas antecipadas		48	346	
Permanente		5.672	6.172	
Investimentos		6	6	
Outros investimentos		6	6	
Imobilizado de uso		593	1.673	
Outros imobilizados de uso		1.159	2.181	
(Depreciação acumulada)		(566)	(508)	
Intangível		5.073	4.493	
Software		14.291	12.016	
(Amortização acumulada)		(9.218)	(7.523)	
Total do ativo		4.475.247	3.761.534	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017				
(Em milhares de Reais)				
	Capital realizado	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
	Legal	Outras		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	344.387	30.881	297.413	672.681
Lucro líquido do semestre	-	-	-	36.269
Reserva legal	-	1.813	-	(1.813)
Reservas especiais de lucros	-	-	34.456	(34.456)
Distribuição de lucros	-	-	(50.000)	(50.000)
Saldos em 30 de junho de 2017	344.387	32.694	281.869	658.950
Saldos em 31 de dezembro de 2017	344.387	36.235	293.140	679.762
Lucro líquido do semestre	100.000	-	(100.000)	-
Lucro líquido do período	-	-	66.598	66.598
Destinações do lucro:				
Reserva legal	-	3.330	-	(3.330)
Reservas especiais de lucros	-	-	63.268	(63.268)
Distribuição de dividendos	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldos em 30 de junho de 2018	444.387	39.565	242.408	726.360
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017		
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)		
	Semestre	
	2018	2017
Receitas da intermediação financeira	455.583	381.787
Operações de crédito	372.377	388.224
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	32.050	10.405
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6d	51.156 (16.842)
Despesas da intermediação financeira	(271.333)	(233.724)
Operações de captação no mercado	(136.321)	(148.908)
Despesas de obrigações por empréstimos	(64.366)	(7.266)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7e	(70.646) (77.550)
Resultado bruto da intermediação financeira	184.250	148.063
Outras receitas/despesas operacionais	(51.723)	(62.214)
Receita de prestação de serviços	17	38.197 33.789
Outras despesas administrativas	18	(59.800) (70.304)
Despesas de pessoal	(9.766)	(8.528)
Despesas tributárias	(17.655)	(19.154)
Outras receitas operacionais	19	8.773 29.915
Outras despesas operacionais	20	(11.472) (18.932)
Resultado operacional	132.527	85.849
Resultado não operacional	(22)	65
Resultado antes da tributação sobre o lucro	132.505	85.914
Imposto de renda	15a	(36.275) (27.969)
Contribuição social	15a	(29.114) (22.456)
Ativo fiscal diferido		770
Lucro líquido do período	66.598	36.269
Lucro líquido por ação do capital social	2,41	1,31
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017			
(Em milhares de Reais)			
	Semestre		
	2018	2017	
Lucro líquido do período ajustado	203.796	168.264	
Lucro líquido do período antes do imposto de renda e da contribuição social	132.505	85.914	
Depreciações e amortizações	916	859	
Despesa com provisões contingentes	163	4.399	
Constituição de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	70.646	77.550	
Constituição/(reversão) da provisão para desvalorização BNDU	(434)	(458)	
Varição de ativos e obrigações	(147.288)	(98.235)	
Ativo líquido no início do período	146.236	124.093	
Ativo líquido no fim do período	189.667	213.790	
Atividades operacionais - Caixa líquido proveniente/aplicado	56.508	70.029	
Alienação de imobilizado de uso	-	85	
Aquisição de imobilizado de uso	(9)	(856)	
Aplicações no intangível	(605)	(494)	
Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/aplicado	(614)	(1.055)	
Pagamento de dividendos	(70.000)	(50.000)	
Atividades de financiamento - Caixa líquido proveniente/aplicado	(70.000)	(50.000)	
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(14.106)	18.974	
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	189.917	171.637	
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	174.811	190.611	
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(14.106)	18.974	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Honda S.A. (Banco) autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do direito arrendatário ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações.

As demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2018 foram aprovadas pela Diretoria em 01 de agosto de 2018.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a. Apuração do resultado
A apuração das receitas e das despesas obedece ao regime de competência.
b. Estimativas contábeis
Ativos e passivos sujeitos a estimativas contábeis incluem o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. O Banco revisa as estimativas e as pressupostos mensalmente.
c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.
d. Ativo circulante e realizável a longo prazo
Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda máxima). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.
As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução adicional referida, conforme demonstrada na nota explicativa nº 7d.
Instrumentos financeiros derivativos
O Banco faz uso de swaps, os quais são classificados, de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta sua finalidade e para proteção contra risco (hedge) ou não, registrados e mensurados a valor justo, como segue:
Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, apropriado como receita ou despesa *pro-rata* até a data do balanço.
As operações são custodiadas na CETIP S.A. Mercados Organizados. As operações são avaliadas a mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor, com base nas taxas da IBF.
O Banco utiliza a estrutura de *hedge accounting* para algumas operações que consistem em aplicar regras específicas e opcionais de contabilização das operações de *hedge* financeiro que permitem eliminar ou reduzir a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro obrigatório dos instrumentos derivativos ao valor justo por meio do resultado. A efetividade apurada para a categoria de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.
Créditos tributários
Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015. Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, que determinou o aumento da alíquota de 15% para 20% temporariamente, compreendendo o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018 e 15% a partir de 01 de janeiro de 2019.
Ativos contingentes
O Banco não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Banco não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 30 de junho de 2018.
Despesas antecipadas
Referente às despesas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, para os contratos acordados até dezembro de 2014 as despesas serão apropriadas de acordo com o prazo dos contratos. Com a divulgação da Circular nº 3.693/13 do BACEN, a partir de janeiro de 2015 as despesas de comissão são reconhecidas no ato de sua contratação.
Outros ativos
São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro-rata* dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.
e. Ativo permanente
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:
• Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, é reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais sendo: sistema de processamento de dados por *software* 20%, e demais equipamentos 10%.
• Intangível representado por *software* reajustado com base nas orientações da Carta-Circular nº 3.357 do BACEN, com vida útil definida e cuja utilização terá benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.
f. Passivo circulante e exigível a longo prazo
Provisão para imposto de renda e contribuição social
• **Imposto de renda:** 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente à R\$ 120 no semestre.
• **Contribuição social:** 20% sobre o lucro tributável a partir do mês de setembro de 2015, de acordo com a Lei nº 13.169/15.
Passivos contingentes e obrigações legais
Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. Para os processos classificados com perda possível, é realizada a divulgação dos valores.
As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.
Outros passivos
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base *pro-rata* dia) incorridas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Contas correntes bancárias	4.410	1.473
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Letra do Tesouro Nacional - LTN	138.011	188.599
Nota do Tesouro Nacional - NTN	31.800	-
Títulos e valores mobiliários		
Cotas de fundos de investimentos	590	539
	174.811	190.611

Referem-se a operações com prazo igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Referem-se a fundos de investimento em direitos creditários classificados para negociação com possibilidade de resgate antecipado, conforme a seguinte disposição:

	2018	2017
Cotas subordinadas - FIDC Auto Honda	677.748	-
	677.748	-

a. Cotas de investimento - Fundo de investimento em direitos creditários
O FIDC Auto Honda é um fundo de investimento aberto, administrado pelo BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gerido pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, criado exclusivamente com a finalidade de compra dos recebíveis originados pela Honda Automóveis do Brasil Ltda.
O Banco Honda, sob a condição de aquisição de carteira subordinada, efetuou seu primeiro investimento em 24 de outubro de 2017. Em 30 de junho de 2018, os títulos e valores mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento de Direitos Creditários (FIDC - Auto Honda).
As cotas foram classificadas como para negociação.
b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	1º Semestre	2017
	2018	2017
Rendas de aplicação em cotas de fundo de investimento	26.608	-
	26.608	-

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
O Banco faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme regras específicas do BACEN, que se destinam a atender às necessidades próprias com o objetivo de proteção (*hedge*) contra riscos de mercado que decorram, principalmente, dos descompassos entre moedas de suas operações passivas.

O Banco adota uma política de minimização do risco de mercado e o acompanhamento dos riscos é exercido diretamente pela Administração, por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.
Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais a valor justo, tendo como contrapartida os respectivos valores de resultado.

a. Instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de hedge
Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de *contracts de swap*, registrados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).
Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais, conforme demonstrado abaixo:

	2018					
	Valor referência	Ajuste a receber	Ajuste a pagar	Posição líquida	Ajuste a receber	Ajuste a pagar
Contratos	193.500	3.126	(7.172)	(4.046)	2.895	(6.759)
Swap (Hedge accounting)	378.106	36.262	(332)	35.930	31.682	(31.882)
Swap		39.388	(7.504)	31.884	34.577	(24.923)

	2017					
	Valor referência	Ajuste a receber	Ajuste a pagar	Posição líquida	Ajuste a receber	Ajuste a pagar
Contratos	227.290	-	(32.585)	(32.585)	-	(42.646)
Swap (Hedge accounting)	120.102	11.001	-	11.001	8.555	(2.376)
Swap		11.001	(32.585)	(21.584)	8.555	(45.022)

Para a obtenção dos valores de mercado dos swaps é estimado o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas pontas descontadas a valor presente, conforme curva de correção, que refletem os fatores de risco adequados, sendo principalmente com base nas taxas da IBF.

b. Composição das carteiras de instrumentos financeiros derivativos por prazos de vencimento

	2018				
	Valor referência	Ate 90 dias	181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap (Hedge accounting)	USD	193.500	97.219	97.883	- 195.102
Swap (ponta ativa)	Pré	193.500	94.612	107.289	- 101.861
Swap					
Swap (ponta ativa)	USD	278.056	- 181.552	131.759	313.311
Swap (ponta passiva)	Pré	278.056	- 157.894	124.314	282.208
Swap					
Swap (ponta ativa)	104,7% DI	-	-	101.924	101.924
Swap (ponta passiva)	Pré	100.050	-	101.345	101.345

	2017				
	Valor referência	Ate 90 dias	181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap (Hedge accounting)	USD	227.290	33.051	-	169.947
Swap (ponta ativa)	Pré	227.290	34.543	-	121.101
Swap					
Swap (ponta ativa)	USD	120.102	-	66.132	64.226
Swap (ponta passiva)	Pré	120.102	-	57.577	66.602

c. Teste de efetividade
Foi procedida à avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Swap, designadas instrumentos de "hedge", em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02.

	Índice	Valor referência	Valor ajustado	Provisão
Objeto de hedge	USD	193.500	6.150	-
Instrumento de hedge	Pré	193.500	(7.112)	-
				116%

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2018	2017
Rendas com operações de Swap	99.397	39.901
Despesas com operações de Swap	(48.241)	(56.743)
	51.156	(16.842)

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a. Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	2018	2017
--	------	------

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL devidos no semestre	36.275	29.114	27.959	22.456
Realização do crédito tributário diferido	(5.128)	1.986	(5.849)	8.143
Constituição do crédito tributário diferido	2.033	1.627	(1.703)	(1.361)
Total de imposto de renda e contribuição social	33.180	32.727	20.407	29.238

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2018 e 2017

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias:				
Créditos baixados como prejuízo	483.722	483.722	435.773	435.773
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	223.188	223.188	255.458	255.458
Provisão para contingências	30.428	30.428	28.311	28.311
Outros	5.167	5.167	9.284	9.284
Total da base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	742.506	742.506	728.826	728.826
Total do crédito tributário	185.626	122.300	182.207	128.603

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados na rubrica "Outros créditos - Diversos" no circulante e no realizável a longo prazo.

d. Natureza da origem do crédito tributário

	Saldo em 31/12/2017		Realização		Saldo em 30/06/2018	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Créditos baixados como prejuízo	454.975	79.988	(50.641)	483.722	483.722	483.722
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	231.190	112.756	(120.758)	223.188	223.188	223.188
Ações contrárias	15.646	3.155	(3.823)	14.978	14.978	14.978
Ações trabalhistas	14.348	861	(53)	15.156	15.156	15.156
Desvalorização - Bens não de uso próprio	2.483	1.786	(2.220)	2.049	2.049	2.049
Fator acidentário de prevenção	271	23	-	294	294	294
Outras adições	3.080	3.973	(3.935)	3.118	3.118	3.118
Total dos créditos tributários	721.993	201.942	(181.430)	742.506	742.506	742.506

e. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2018

	Últimos 5 anos					
	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Imposto de renda						
Ações contrárias	939	706	464	425	388	822
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	38.416	11.330	4.607	1.182	183	79
Créd. baixados - Prejuízo	12.482	22.278	26.712	34.897	-	120.930
Desvalorização - Bens não de uso próprio	512	-	-	-	-	512
Ações trabalhistas	1.420	566	1.077	611	126	3.790
Gravames	133	-	-	-	-	133
Outras adições	720	-	-	-	-	720
Total	54.622	34.870	32.860	37.115	25.258	901
						185.626

Contribuição social

	Últimos 5 anos					
	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Ações contrárias	751	423	278	255	233	494
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.732	6.798	2.764	709	110	48
Créd. baixados - Prejuízo	9.985	13.367	16.027	20.938	-	75.054
Desvalorização - Bens não de uso próprio	410	-	-	-	-	410
Ações trabalhistas	1.136	333	646	367	76	2.558
Gravames	107	-	-	-	-	107
Outras adições	576	-	-	-	-	576
Total	43.687	20.921	19.715	22.268	15.156	542
						122.300

O valor presente destes créditos tributários é de R\$ 269.979 em 30 de junho de 2018 (R\$ 257.649 em 30 de junho de 2017), considerando-se a taxa Selic de 6,50% a.a.

Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição do crédito tributário é efetuada com base nas temporárias no período corrente.
- A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 30 de junho de 2018 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, das adições temporárias que são de 31,93% no ano de 2018; 18,12% no ano de 2019; 17,07% no ano de 2020; 19,29% no ano de 2021; 13,12% no ano de 2022; 0,47% para os últimos cinco anos. Essas estimativas serão revistas anualmente. Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da Instituição e indicadores econômico-financeiros.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

Em 30 de junho de 2018, o capital social é de R\$ 444.387 (R\$ 344.387 em 30 de junho de 2017), representado por 27.600.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em 16 de abril de 2018, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social do Banco, no montante de R\$ 100.000, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação da reserva de lucros. A homologação do aumento de

capital pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ocorreu em 08 de maio de 2018, sendo publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de maio de 2018.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do capital social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º).

c. Dividendos

No primeiro semestre de 2018 foi autorizada pela Diretoria em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2018 a distribuição de dividendos provenientes na reserva especial de lucros do exercício de 2015 no montante de R\$ 20.000. A distribuição total de dividendos para o acionista Honda South America Ltda no primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 70.000, o desembolso foi realizado no dia 28 de março de 2018.

17. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2018	2017
Rendas de serviços prioritários - Pessoa física	35.845	33.536
Rendas de cobrança	2.138	-
Rendas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	214	263
Total	38.197	33.799

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de comissões (ii)	18.990	23.298
Serviços de terceiros (i)	18.410	19.754
Serviços técnicos especializados	6.075	7.704
Custas processuais	2.885	3.032
Despesa de processamento de dados	2.613	2.579
Despesa de operação do sistema financeiro	2.428	2.328
Campaña de vendas	1.795	3.975
Despesa de cartórios	1.351	2.716
Despesa de comunicação	1.136	1.197
Despesa de promoções e relações	630	223
Outras despesas administrativas	3.486	3.498
Total	59.800	70.304

(i) Basicamente pagamento de comissões de venda
(ii) Basicamente serviços contratados para consultorias

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Reversão/utilização de outras provisões operacionais (Nota 13a)	3.876	5.022
Reversão de desvalorização de bens não de uso - BNDU	2.220	2.550
Reembolso de despesas bens não de uso - BNDU	2.395	3.051
Reversão de provisões diversas	169	6.262
Outras	113	4.030
Total	8.773	20.915

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Provisão para contingências	4.016	9.403
Campaña de cobrança	2.171	1.956
Desvalorização de bens não de uso - BNDU	1.786	2.093
Despesas com despachante	1.324	2.606
Indenização ações contrárias	939	941
Desconto concedido	725	1.138
Outras	501	795
Total	11.472	18.932

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta do Banco é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de compra e venda de produtos fabricados por estas empresas e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controlados pela mesma.

a. Controladora do Banco

	1º semestre	
	2018	2017
Honda Automóveis do Brasil Ltda		
Valores a receber	1.736	-
Valores recebidos antecipadamente	(8.837)	6.645
Moto Honda da Amazônia Ltda.		
Valores a receber	-	183
Valores recebidos antecipadamente	(303)	(1.133)
Aluguel de imóvel	(10)	(60)

...continuação

	2018		2017	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Outras despesas	(106)	(445)	(103)	(206)
Honda Serviços Ltda.				
Prestação de serviço de assessoria administrativa	(2.526)	(9.930)	(2.946)	(8.523)
Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.	-	(871)	-	(850)
Depósitos a prazo	(59.912)	(2.218)	(80.540)	(4.132)
Valores a receber	-	(6)	-	(6)
Honda Leasing				
Depósitos interfinanceiros	(19.004)	(586)	(18.422)	(995)
FIDC Auto Honda				
Agente de cobrança	-	2.138	-	-

O Banco dispõe de uma Política de Remuneração dos seus Administradores que prevê o pagamento de remuneração variável condicionada ao resultado do Banco, e qualquer remuneração deve ser aprovada sempre no exercício anterior ao de pagamento e se atendidos os quesitos mínimos previstos nesta Política.

No 1º semestre de 2018, o Banco não efetuou pagamentos de remuneração variável aos seus Administradores e não há previsão de pagamento para o 2º semestre de 2018.

A Administração do Banco recebe a remuneração fixa ou gratificações exclusivamente por outras empresas do Grupo nas quais desempenha função equivalente.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fundo de pensão

O Banco é patrocinador da PREVHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do 1º semestre de 2018 somaram R\$ 63 (R\$ 58 no 1º semestre de 2017), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

b. Limite operacional

Em 30 de junho de 2018, o Índice de Basileia apurado pela instituição foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 24,42% (22,29% em 30 de junho de 2017, conforme legislação vigente à época).

c. Gerenciamento de Riscos e Capital

Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN nºs 3.721/09, 3.464/07, 4.090/12, 3.380/06, 4.327/14, 3.988/11, o Banco dispõe de estrutura específica para gestão de riscos e capital, e as atividades são centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos incorridos pela instituição.

Para nortear essas atividades, a diretoria da instituição estabeleceu políticas específicas para correção e gestão de risco.

Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito tem a finalidade de mensurar, monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Banco utiliza modelos internos para calcular a probabilidade default de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado objetiva mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros do Banco considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas a taxas de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.

Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira banking, o Banco utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

Risco Operacional

A gestão de risco operacional segue a premissa de que o risco operacional deriva de eventos resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados, falhos ou eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são registrados e a origem avaliada para correção e melhorias.

Risco Socioambiental

A gestão de risco socioambiental é concebida sobre a premissa de que este é a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais. Em seu gerenciamento deve ser considerado: sistemas, rotinas, procedimentos, novas modalidades de produtos ou serviços, ramo de atividade das clientes, entre outros exemplos.

Gerenciamento de Risco de Crédito

A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em conformância com a capacidade de gerar ou do capital, propondo limites e alternativas de contingenciamento do nível de capital mínimo do Banco, garantido nível de capital adequado a expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos.

O Banco utiliza principalmente testes de stress de carteira em condições econômicas adversas.

As descrições dessas estruturas mais detalhadas estão evidenciadas no site do Banco, e os relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

d. Governança

Os contratos são regidos pelas estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos que têm por objeto comprometer o devedor de forma mais eficaz do que as garantias tradicionais. O Banco é devedor por empréstimos totais junto ao Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A. Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e Japan Bank For International Cooperation - JIBC, com último vencimento em junho/2020, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioeconômica.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. Essas informações também são monitoradas e requeridas pelos credores mencionados.

A DIRETORIA

ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/0-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionista do Banco Honda S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Honda S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco Honda continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco Honda ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtendamos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de agosto de 2018

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/0-7

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante	19.910	19.499	835	908
Disponibilidades	146	305	835	908
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	19.004	247	382
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19.004	18.422	588	526
Outros créditos	7	760	772	772
Diversos	760	772	772	772
Realizável a longo prazo	333	331	76	165
Diversos	333	331	76	165
Permanente	483	483	11.867	11.867
Imobilizado de arrendamento	6	483	7.948	7.948
Bens arrendados	1.399	1.399	-	-
Superveniência de de				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

a. Movimentação dos processos

	Dezembro de 2017		1º Semestre 2018	
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Saldo final
Provisão para contingências cíveis (i)	40	7	-	47
Provisão para contingências tributárias (ii)	111	-	-	111
Saldos em 30 de junho de 2018	151	7	-	158

(i) Refere-se a ações judiciais movidas contra a Honda Leasing S.A. Arrendamento Mercantil que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de arrendamento, sendo em sua maior parte do juizado especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

(ii) Refere-se a processo tributário sobre IPVA.

A Sociedade não possui outros processos judiciais cujos riscos de perda tenham sido classificados como passível pelos seus assessores jurídicos.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de Junho de 2018 e 2017

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	328	328	648	648
Adições temporárias:	-	-	-	-
Insuficiência de depreciação	-	-	-	-
Desvalorização de bens não de uso	8	8	31	31
Cadin - IPVA	18	18	29	29
Outros	7	7	-	-
Exclusões temporárias:	-	-	-	-
Superveniência de depreciação	-	-	-	-
Reversão de contingências cíveis	-	-	-	-
Recuperação de crédito baixado c/prejuízo	-	-	-	-
Reversão desvalorização - Bens não de uso	-	-	-	-
Cadin - IPVA	-	-	(3)	(3)
Outros	(7)	(7)	-	-
Lucro líquido acum. antes do IRPJ	354	354	705	705
Compensação prejuízo fiscal períodos anteriores	(106)	-	(212)	-
Valor-base para tributação	248	354	493	705
Alíquota-base	37	71	74	141
Adicional 10%	13	-	37	-
Despesa de IRPJ e CSLL corrente no semestre	50	71	111	141

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL corrente devidos no semestre	50	71	111	141
Realização de crédito tributário	(2)	(2)	(7)	(6)
Total de imposto de renda e contribuição social	48	69	104	135

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias:	-	-	-	-
Provisão para contingências fiscais	111	111	111	111
Provisão para contingências cíveis	47	65	47	65
Crédito baixado como prejuízo	686	686	686	686
Depreciação de contratos atemporários imobilizados	867	867	867	867
Total das diferenças temporárias	1.711	1.711	1.711	1.711
Crédito tributário - Imposto de renda	428	432	340	344
Crédito tributário - CSLL	340	344	340	344
Crédito tributário - CSLL	768	776	768	776

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados, na rubrica "Outros créditos - Diversos" - No circulante e realizável a longo prazo.

d. Natureza e origem dos créditos tributários

Natureza e origem dos créditos tributários	Saldo em 31/12/2017	Realização	Constituição	Saldo em 30/06/2018
	Ações contrárias	40	-	7
Créditos baixados - Prejuízo	686	-	-	686
Contingência tributária - IPVA	111	-	-	111
Depreciação de contratos - Ativo - Imobilizado	867	-	-	867
Saldos	1.704	-	7	1.711

e. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de Junho de 2018

	Primeiros cinco anos					Total
	2018	2019	2020	2021	2022	
Imposto de renda	-	-	-	-	-	-
Adições temporárias:	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências fiscais	28	-	-	-	-	28
Provisão para contingências cíveis	3	3	2	2	2	12
Crédito baixado como prejuízo	166	5	-	-	-	171
Outros	409	13	2	2	2	428

Contribuição social	Saldo em 31/12/2017	Realização	Constituição	Saldo em 30/06/2018
	Adições temporárias:	-	-	-
Provisão para contingências fiscais	2	3	2	1
Provisão para contingências cíveis	133	3	-	-
Crédito baixado como prejuízo	169	3	-	-
Outros	327	9	2	1
Saldos	736	22	4	3

Total de créditos tributários em 30 de junho de 2018.....
O valor presente deste crédito tributário é no montante de R\$ 717 em 30 de Junho de 2018, (R\$ 697 em 30 de Junho de 2017), considerando a taxa SELIC de 6,50% ao ano. Os critérios e constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente;
- A realização dos créditos tributários constituídos, existente em 30 de Junho de 2018, foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sobre o desfecho das provisões são de: 95,83% no ano de 2018, 2,87% no ano de 2019, 0,52% no ano de 2020, 0,39% no ano de 2021 e 0,39% no ano de 2022. Estas estimativas serão revisadas anualmente;
- Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, considerando as expectativas da administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômicos financeiros.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social
O capital social está representado por 7.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no País.

b. Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitadas a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º).

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Serviços de terceiros	25	40
Despesa de processamento de dados	59	56
Outras despesas administrativas	6	35
Serviços técnicos especializados	5	26
Despesa de publicação	56	37
Serviços sistema financeiro	47	47
	198	237

13. OUTRAS RECEITAS

	2018	2017
Reversão de provisões ações contrárias	4	2
	4	2

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Provisão para contingências	7	31
Outras despesas operacionais	5	-
	12	31

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta da empresa é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co. com sede no Japão.

	2018		2017	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.	-	(30)	-	(30)
Banco Honda S/A	-	-	-	-
Depósito interfinanceiro de liquidez	19.004	586	18.422	995

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
Em 30 de Junho de 2018 e Junho de 2017, a Sociedade não possuía saldos de instrumentos financeiros derivativos, cuja divulgação seja requerida nos termos das normas e instruções do BACEN.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Gerenciamento de riscos

Para atendimento ao requisito nas Resoluções do CMN nº 3.380/06, 3.464/07, 4.090/12, 3.988/11 e 3.721/09 a Honda Leasing S.A. Arrendamento Mercantil dispõe de estrutura específica para gestão de riscos, as atividades são centradas no monitoramento e gestão dos riscos:

Gerenciamento de risco de crédito
O gerenciamento de risco de crédito tem a finalidade de mensurar, monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
A instituição utiliza modelos internos para calcular a probabilidade default de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

Gerenciamento de risco de mercado e liquidez
O gerenciamento do risco de mercado objetiva mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros da instituição considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas à taxa de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.
Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira banking, a instituição utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

Gestão de capital
A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em consonância com a capacidade de gerar ou obter capital, adequando limites e alternativas de gerenciamento do nível de capital mínimo da instituição, garantido nível de buffer capital, propondo a expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos.

Risco operacional
A gestão de risco operacional segue a premissa de que o risco operacional deriva de eventos resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados, falhos ou eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são registrados e a origem avaliada para correção e melhorias.
Riscos socioambiental
A gestão de risco socioambiental tem a finalidade de mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros da instituição considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas à taxa de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.

As descrições dessas estruturas estão evidenciadas no site da Honda Leasing e os relatórios detalhados dessas atividades estão disponíveis na sede da instituição.

A DIRETORIA

ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil - São Caetano do Sul - SP
Opinião com ressalva
Examinamos as demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras
A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa das demonstrações financeiras nº 3. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do período e do patrimônio líquido findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Leasing, de acordo com os princípios éticos

relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Leasing em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
São Paulo, 17 de agosto de 2018
Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7



Banco Honda

Ao longo dos 18 anos de história, realizamos sonhos e transformamos a vida de mais de **1,5 milhão** de clientes.

Financie com quem mais entende de Honda.

O Banco nº 1
na rede Honda

+ de 1,5 milhão
de veículos financiados



Vá até uma concessionária Honda e confira nossas condições.

www.bancohonda.com.br



Trânsito seguro: eu faço a diferença.

